

26 ABR 1993

Uma trégua da oposição no Congresso

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de São Paulo

Vai ser difícil articular no Congresso, nas próximas semanas, uma oposição efetiva ao plano econômico anunciado pelo governo Itamar Franco, prevêem líderes de diferentes partidos.

Isso, apesar das dificuldades esboçadas pelo próprio plano para atingir seus objetivos — reduzir a inflação e garantir a retomada do desenvolvimento.

Há razões muito objetivas para tais dificuldades na oposição, indicam congressistas do PT ao PPR. Uma delas é a de que o presidente da República passou à ofensiva com um projeto (combate à inflação sem mais recessão) que se confunde com a expectativa de uma sociedade há anos dominada pela inflação alta e estagnação econômica.

Outro motivo está no bolo de novos investimentos públicos e no poder de influência política dos principais beneficiários, agora transformados em aliados fundamentais do governo — empreiteiras de obras, agricultores e conglomerados financeiros.

“O Itamar foi muito competente na montagem política”, nota, por exemplo, o deputado Francisco Dornelles, do PPR, partido que

tenta firmar-se como comandante da oposição. Ontem, Paulo Salim Maluf, líder do PPR e virtual candidato à sucessão presidencial, anunciou uma “trégua” com o governo.

Os líderes políticos estão divergindo, apenas, na contundência dos elogios. Ainda que muitos ressalvem dúvidas sobre a inflação: não há clareza, no plano, sobre como “zerar” o déficit do setor público e, muito menos, sobre a viabilidade política disso em plena campanha sucessória.

“Estamos resgatando nossas teses, nossas heresias”, argumentou o deputado Roberto Freire, líder do governo na Câmara, à editora sênior Claudia Sfatle. É uma tentativa de novo começo para um governo improvisado em meio a uma longa e grave crise, sobre a qual o eleitorado acaba de manifestar-se nas urnas.

“Itamar percebeu que o povo votou contra os políticos, dizendo não confiar no poder institucional do Congresso, e, aí, ele resolveu pôr o governo nessa direção”, observa o deputado Roberto Magalhães (PFL). Na crise, depois do “impeachment”, o poder presidencial está sendo ampliado.